

NATUREZA, EDUCAÇÃO E CIVILIZAÇÃO: uma perspectiva histórica

Célio Juvenal Costa*

Resumo: Estabelecer uma relação entre concepções de natureza humana, de educação e de civilização é o objetivo precípuo do presente artigo. Para tanto, dada a abrangência do tema, optou-se por fazer alguns recortes histórico-temáticos para retomar uma discussão que se apresenta sempre pertinente, principalmente quando se nos deparam propostas educacionais na atualidade. Para desenvolver o tema, dividiu-se o artigo em três partes, apresentando as concepções de natureza humana e sua relação com a educação e civilização na Antiguidade Clássica, no pensamento cristão da Idade Média e no início do capitalismo. Na Antiguidade Clássica se fez uso de Platão e de Aristóteles; no pensamento cristão fez-se referência a Santo Agostinho e São Tomás de Aquino; e no pensamento burguês emergente, foram resgatados Hobbes e Rousseau foram.

Palavras Chave: Educação; filosofia da educação; natureza humana; civilização.

NATURE, EDUCATION and CIVILIZATION: a historical perspective

Abstract: To establish a relationship between the conceptions of human nature, education and civilization is the main purpose of the present article. For that, and considering the comprehension of the subject, it was made the option of making some historical/thematic outlines, so as to resume a discussion

*Professor Assistente do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá e doutorando na Faculdade de Educação da Universidade Metodista de Piracicaba.

which is always pertinent, especially in face of current educational proposals. To develop this subject, the article was divided into three sections presenting the conceptions of the human nature and its relations with education and civilization in the Classic Antiquity, in the Christian thinking of the Middle Age and in the beginning of the Capitalismo. For the Classic Antiquity, Plato and Aristotle were used; from the Christian thinking, Saint Augustine and Saint Thomas Aquinas were cited; and from the emerging burgher, Hobbes and Rousseau were retrieved.

Index Terms: Education; Philosophy of the Education; Human Nature; Civilization.

Introdução

A idéia deste texto surgiu quando da realização do trabalho monográfico para a disciplina de Epistemologia e Educação, do doutorado em Educação da Unimep. Fazer uma discussão sobre a relação entre natureza humana, educação e civilização utilizando exemplos históricos é refletir sobre a educação nos tempos atuais, dado que as propostas educacionais que são forjadas e se tornam modismos sempre apresentam, explícita ou implicitamente, um determinado entendimento de natureza humana e de sua realização na sociedade. Nesse sentido, os recortes históricos - Platão, Aristóteles, Cristianismo, Hobbes e Rousseau - não foram aleatórios, pois se procurou resgatar momentos significativos na elaboração de concepções de homem, de educação e suas relações com a civilização. De certa forma, as construções teóricas resgatadas aqui continuam até hoje a inquietar os pesquisadores em educação e não raras vezes são resgatadas como fundamentos de propostas de reforma educacional.

As concepções e práticas educacionais correspondem sempre a determinadas concepções de natureza humana e de sua realização na sociedade, ou seja, no processo civilizatório. As concepções de sociedade e de suas (re)definições justificam-se, geralmente, por um determinado entendimento de natureza humana. No decorrer do desenvolvimento social, foram forjadas variadas concepções de homem, que, de um ponto de vista político, poderiam resumir-se em duas: o homem como tendo uma natureza humana pré-determinada e outra socialmente determinada, e de um ponto de vista ético, também em duas: o homem como ser bom e o homem como ser egoísta por natureza.

No pensamento político grego - Platão e Aristóteles

Com o advento do pensamento positivo, traduzido basicamente na filosofia, é que as discussões em torno da natureza humana, pensada socialmente, se iniciam na Grécia; e a, talvez, primeira discussão envolvendo a relação entre natureza humana, educação e civilização encontra-se na Grécia Clássica, em Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.).

A **República** de Platão é uma das primeiras obras a trazer essa discussão em termos de uma reflexão acerca do social e do político. Neste grandioso diálogo, Platão estabelece quais os passos lógicos para a construção de uma sociedade e quais seriam as etapas necessárias para a edificação de um Estado ideal. A república perfeita seria aquela que se guiaria pela justiça e maior virtude social e zelaria para que a injustiça, maior defeito social, não fosse introduzida na sociedade. Para tanto, a organização do Estado deveria obedecer a uma divisão de tarefas que corresponderia exatamente à predisposição natural que cada indivíduo traria consigo desde o nascimento.¹ As três classes que Platão propõe, as classes de ouro, prata e ferro, corresponderiam ao metal que talhou as almas das pessoas. Os governantes e filósofos teriam ouro, os guardiões teriam prata e os trabalhadores teriam ferro em suas naturezas específicas. "*Qualquer mistura desses metais acarretaria a destruição da sociedade*", alertava o Homem de Ombros Largos.

Pois bem, como fazer para que os homens exerçam, de fato, atividades que correspondam às suas naturezas? A resposta de Platão é a educação. Como os homens são bons por natureza, pois possuem o metal adequado à sua vida, cabe a uma educação apropriada revelar essa natureza de forma tão clara que não existiriam dúvidas quanto à melhor organização da sociedade. Todos os homens receberiam uma educação igual até a juventude e, após rigorosos testes, os reprovados pertenceriam à classe de ferro, ou seja, seriam os responsáveis pela produção material da vida. Por volta dos trinta anos, novos testes, ainda mais rigorosos, seriam realizados, e aqueles que não lograssem aprovação fariam parte da classe de prata, os guardiões da sociedade. Os poucos que passassem seriam educados ainda por longos anos para se tornarem os governantes, os filósofos da sociedade, compondo a classe de ouro. Em síntese,

¹ “ – Não- repliquei [Sócrates] – se está certo o princípio que tu e nós todos assentamos, quando modelamos a cidade. Assentamos, se bem te lembras, em que era impossível que uma só pessoa exercitasse na perfeição diversas artes.” Platão, **A República**, p. 81.

para Platão, a educação teria a grandiosa tarefa de revelar a natureza humana que predisponha os homens a uma vida ideal mente civilizada².

O reverso desta medalha na Grécia Clássica é Aristóteles, que tem suas concepções contidas em **Política**. Nessa importante obra, que foi composta, dentre outros motivos, como resposta crítica às idéias platônicas contidas em **A República**, estão expostas as definições de homem e sociedade e, numa visão diferenciada da de seu mestre, a relação entre natureza humana, civilização e educação. Aristóteles não idealiza nenhum tipo de sociedade, apesar de estabelecer como tipo de constituição ideal uma mistura de aristocracia com democracia, definida como governo constitucional. Os passos apontados para a construção de uma sociedade não são lógicos, e sim, históricos. "*Não é possível uma sociedade começar apenas com três ou quatro pessoas*" - assevera o Estagirita, criticando Platão, que define o início de uma sociedade como a satisfação mútua de necessidades básicas³. As cidades são resultantes da união de vilas, que por sua vez resultam da união de tribos. Nesta visão histórica, sem atribuir juízo de valor de forma *a priori* às práticas sociais, o que importa, para Aristóteles, é a análise dos tipos de sociedades existentes, definindo-as pelo tipo de constituição que cada uma adote. Assim, as constituições nocivas são as que têm como forma de governo a tirania, a oligarquia e a democracia e, os tipos melhores são as regidas pela monarquia, pela aristocracia e pelo governo constitucional. No texto são descritas também as formas usuais de ascensão, apogeu e declínio de todos os tipos de governo, mostrando, realisticamente, a transitoriedade dessas humanas formas de governo. A constituição de uma cidade, boa ou nociva, é o resultado da amenira como os homens se relacionam politicamente. Quando o pêndulo social aponta para uma das extremidades, a sociedade se torna mais injusta, nociva, portanto; e quando se busca o meio termo, aumenta a possibilidade de prevalecer a justiça⁴.

² “[Sócrates] – Portanto, admitimos confiadamente que também o homem, se quiser, ser brando para os familiares e conhecidos, tem de ser por natureza filosófico e amigo do saber.” Platão, **A República**, p.85.

³ “[Sócrates] – Logo, o mínimo a que se pode chamar uma cidade compõe-se de quatro ou cinco homens? [Adimato] – Assim parece.” Platão, **A República**, p. 73.

⁴ “ O justo, portanto, é em certo sentido o meio-termo entre o ganho e a perda nas ações que não se incluem entre as voluntárias, e consiste em ter um quinhão igual antes e depois da ação.” Aristóteles, **Ética a Nicômaco**, p. 201.

Aristóteles pensou a relação social de forma diferente da de Platão, pois, coerente com suas concepções, seu entendimento a respeito da educação também é outro. Mas antes é fundamental ver como é definido o homem e sua natureza em **Política**. O homem é um animal social, um animal político ou um animal naturalmente civilizado; ou seja, a natureza humana se realiza na convivência social e política com outros homens. É na *polis* que o homem grego realizaria sua natureza humana. Não há nenhuma menção quanto a ser o homem bom ou mau por natureza, muito menos ao homem já nascer predisposto para alguma tarefa específica na sociedade. O homem é ao mesmo tempo ato e potência, e, dependendo de onde se dê sua criação quando criança, existirá a possibilidade de ele realizar-se por completo, do contrário, não, pois *"um homem que vive isolado dos demais não é homem, por ser um animal selvagem ou uma espécie de deus"*, assevera Aristóteles. A posição que o homem vá ocupar na sociedade dependerá necessariamente da relação política existente e, principalmente, das funções que sua família já exerça. Mesmo os escravos, em relação aos quais se admite até sua existência natural, só se justificam pela necessidade do trabalho, pois, dependendo da forma como a sociedade se organize, a escravidão se torna menos ou mais necessária. Destarte, o papel reservado à educação das crianças é basicamente o de formar cidadãos, e fazê-lo de acordo com a forma política de organização da cidade⁵. Os papéis sociais se definem pela política na família e especialmente na cidade. Cabe à educação possibilitar a formação dos futuros integrantes da cidade de acordo com a função que cada um exercerá na sociedade: à menina, capacidade de decisões domésticas e obediência; ao menino, capacidade de discernimento e decisões políticas e o exercício da autoridade. Cabe à educação fornecer os elementos básicos para que os futuros homens e mulheres das *polis* contribuam para o desenvolvimento da vida civilizada. Se assim o fizerem, estarão atualizando sempre a sua natureza.

A diferença entre Platão e Aristóteles, descrita resumidamente aqui, encontra uma certa unidade no ponto de partida de suas análises: o processo de barbarização da sociedade, denunciado por ambos. A civilização grega tinha como base social e política as *polis*, das quais a que melhor sintetizava tanto

⁵ *"Ninguém contestará que a educação dos jovens requer uma atenção especial do legislador; pois a negligência das cidades a este respeito é nociva aos respectivos governos; a educação deve ser adequada a cada forma de governo, porquanto o caráter específico de cada constituição a resguarda e mesmo lhe dá as bases firmes desde o princípio... e o melhor caráter sempre origina uma constituição melhor."* Aristóteles, **Política**, p. 267.

o progresso como a crise era Atenas, cidade em que ambos viveram boa parte da vida. No entanto, as concepções de natureza humana, de civilização e de educação eram diferentes em ambos, pois para um tratava-se de revelar a alma humana naquilo que ela já continha desde o nascimento, e para o outro, de pensar o homem como um ser que trazia como natural apenas o fato de pertencer socialmente ao conjunto dos homens.

As discussões, propostas e concepções que historicamente se seguiram às dos mestres gregos de certa forma acabaram por reproduzi-las, mesmo que com outra roupagem. Apenas como exemplos, vejamos, mesmo que de forma sintética, como aparece essa questão no cristianismo e no início do pensamento burguês.

No cristianismo - Patrística e Escolástica

O cristianismo, de uma forma geral, não trouxe grandes inovações filosóficas no tocante a discussões sobre filosofia política. É compreensível esse aspecto, dado que, acima de tudo, o cristianismo se constituiu como religião, portanto, sua preocupação seria mais ética do que propriamente social. De qualquer forma, o cristianismo produziu uma filosofia que procurava estabelecer e sistematizar as concepções de homem, sociedade, natureza etc. A filosofia cristã pode ser separada em dois momentos: o da patrística e o da escolástica. Na patrística, que teve em Santo Agostinho (354-430) seu principal expoente, os pensadores cristãos buscavam conceituar questões novas, teológicas e filosóficas, que possibilitassem dar um arcabouço consistente para a nova religião e, por outro lado, estabelecer as críticas ao pensamento positivo greco-romano. Na escolástica, cujo principal expoente foi São Tomás de Aquino (1225-1274), já respondendo às crises emergidas do início do processo de transformação social que culminaria no advento do capitalismo, os teóricos da Igreja procuram estabelecer uma base racional mais complexa, que desse mais consistência ao próprio discurso e práticas religiosos.

As concepções de natureza humana e sua relação com a educação e a civilização no cristianismo passam, necessariamente, por uma compreensão religiosa da criação do mundo e dos homens. Da definição horizontal, aristotélica, de homem, passa-se para a concepção vertical, onde o homem só é homem na relação com o divino, com o seu criador. Se em Aristóteles, por exemplo, o homem realiza sua natureza na relação política com outros homens, em Santo Agostinho a natureza humana pressupõe a relação deste com Deus. O cristianismo, como religião monoteísta, carrega a tradição judaica do Deus

único, criador de todas as coisas, do Deus onipresente, onisciente e onipotente. No entanto, como religião que se cria e se desenvolve no Império Romano, em meio à tradição religiosa da mitologia, recebe influência e incorpora algumas concepções. A idéia de o filho de Deus nascer entre os homens e ser um igual a eles é mais próxima da idéia do herói mitológico - que era filho de um deus com uma humana - do que da tradição judaica. O cristianismo se forma como religião nova e, como tal, passa a construir uma teologia e uma filosofia próprias.

Na concepção cristã de natureza humana, o homem não é nem um ser bom nem um ser egoísta: é um ser frágil ou, mais especificamente, um ser fraco. A fraqueza do homem é resultado de sua imperfeição, é resultado de ser criatura, e não criador. Por esse motivo, o homem não pode realizar sua natureza de criatura sem a ajuda de Deus, na medida em que sua vida sempre vai ser marcada pelo acometimento de pecados, ou seja, de atitudes e pensamentos individuais errôneos, que vão contra a moral cristã. Em rigor, o homem não necessita de outros homens para trilhar o caminho em que deve realizar sua natureza; dado sua relação com o criador ser individual, a presença de outros homens se caracteriza como acidental, e não como necessária. No entanto, a relação do homem com Deus não se faz diretamente, pois a maioria das pessoas não conseguem compreender, *de fond en combie*, os mistérios de uma verdade revelada e necessitam da ajuda de outros homens esclarecidos que, por vocação e por mérito, devem ser a ponte que os liga até o criador. Assim, se em Platão os filósofos seriam os grandes mestres que zelariam pela sociedade ideal, se em Aristóteles a cidade ajuda o homem a realizar sua natureza, no cristianismo quem o faz é a Igreja, a hierarquia eclesiástica, depositária do ensinamento, avaliação e discernimento do que o homem deve fazer para realizar o plano divino que, como já visto, é individual.

A concepção cristã de natureza humana, à época da patrística, acarreta uma forma específica de ver o papel da educação em sua relação com a civilização. Em meio ao Império Romano, a religião cristã não sintoniava com a educação oficial, muito ao contrário, aquela educação formava homens que dificilmente compreenderiam e aceitariam a nova religião. Assim, a educação

⁶ “Dois meses construíram duas cidades: o amor de si próprio até o desprezo de Deus construiu a cidade terrestre, e o amor de Deus até o desprezo de si mesmo, a cidade celeste. Uma glorifica-se em si, a outra no Senhor, uma busca a sua glória entre os homens, a outra o testemunho da consciência...” Santo Agostinho, IN: C. Gomes, **Antropologia dos Santos Padres**, p. 358

cristã dessa época consistia basicamente na catequese, ou seja, nos ensinamentos doutrinários recebidos nas escolas catequéticas e nas celebrações. À educação basicamente caberia instruir os cristãos naquilo que era permitido e naquilo que era proibido em suas vidas, caracterizando-se como uma educação primordialmente moral e individual. Dadas essas concepções da natureza humana e da educação, dificilmente é possível se estabelecer relação direta com a civilização, principalmente se tomarmos a oposição fundamental entre cidade dos homens e *cidade de Deus* concebida por Santo Agostinho⁶. A cidade dos homens, sendo o lugar do pecado por excelência, não admite qualquer perspectiva de construção de uma civilização cristã duradoura com um fim em si mesma. O importante da vida terrena é que ela seja merecedora da vida eterna, no reencontro com o criador, na *cidade* d'Ele. Se se fizer uso de analogia, pode-se até pensar que ser civilizado, para o cristianismo, era ser cristão, e bárbaro era o pagão. No entanto, neste primeiro momento histórico e filosófico do cristianismo, a concepção de natureza humana e de sociedade aponta para uma educação que deveria negar a própria necessidade da vida social e política. Apenas para exemplificar essa questão, durante o período que vai do final do Império Romano até a formação dos reinos bárbaros, a vida monástica era o exemplo maior de abnegação e de dedicação cristã.

Sem se alongar demais em como essa questão aparece no cristianismo, é preciso anotar que, quando da escolástica, há uma mudança até sensível na compreensão do papel da educação e da sua relação com a civilização. A concepção de natureza humana praticamente permanece a mesma, o que é compreensível, pois a religião cristã continua basicamente a mesma, em se tratando dos seus fundamentos teológicos. Nos séculos XII, XIII e XIV, período de consolidação do feudalismo e ao mesmo tempo início da transição para a sociedade burguesa, a Igreja depara-se com críticas sociais que começam a colocar em xeque o seu domínio sobre a sociedade. Consoante isso, a Escolástica pode ser sinteticamente definida como um movimento de reação da religião cristã e a adoção de uma postura diferenciada daquela da Patrística em termos filosóficos, sociais e educacionais. A Igreja não nega mais a sociedade, pelo contrário, os chamados Estados Eclesiásticos e as relações íntimas com outros governos atestam que há a intenção de construir uma sociedade terrena nos moldes cristãos. Nesse sentido, pode-se ponderar que o cristianismo, nesse momento, preocupa-se com uma sociedade civilizada, ou com uma organização social que combata os não-cristãos, estabelecendo uma forma de cristandade.

A educação para o cristianismo à época da Escolástica assume um papel muito importante na sociedade, não mais consistindo apenas em elemento doutrinário, mas sim em uma verdadeira instituição social. As universidades, com seus cursos de teologia, de filosofia, de astronomia, de matemática, de retórica, de direito, etc., com seus doutores - praticamente todos pertencentes à hierarquia da Igreja - difundem uma concepção de educação como um instrumento para a compreensão do mundo, dos homens e da sociedade, que objetivava contribuir para a construção de uma sociedade civilizada nos moldes cristãos.

No pensamento burguês - Hobbes e Rousseau

Para estabelecer a relação entre natureza humana, educação e civilização no pensamento burguês e mostrar que essa questão não se resolveu em termos de uma unanimidade teórica, é exemplar analisar a filosofia política dos séculos XVII e XVIII, particularmente por autores tidos como contratualistas.

Os pensadores burgueses do período de consolidação da sociedade burguesa tinham em comum, e como ponto de partida de suas concepções, a crítica à Escolástica, ou mais propriamente, àquele pensamento que tinha em Deus, e não no homem, o centro das preocupações. Nesse sentido, a discussão social e política que os autores contratualistas iniciaram tinha por objetivo pensar a sociedade e seus fundamentos sem a intervenção do divino, definindo a sociedade como uma instituição humana por excelência. Praticamente todos elaboraram teorias buscando estabelecer qual o princípio e origem da sociedade, não o fazendo do ponto de vista histórico, mas sim, lógico. A partir desta compreensão, é possível verificar nesses autores suas concepções de homem e de civilização.

Thomas Hobbes (1588-1679) é tido como o primeiro autor da linha dos contratualistas. Em sua, principal obra, **Leviatã**, ele escreve que os homens, para viver em sociedade, precisam fazer um acordo, um contrato, entregando nas mãos de um soberano poderes absolutos para reger a vida de todos⁷. O ponto de partida para a necessidade do contrato é a concepção

⁷ “As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho. E a razão sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a acordo...” Thomas Hobbes, **Leviatã**, p.81.

de que o homem, por natureza, ou em seu estado natural, é mau, é egoísta, "*homo homini lupus*". Se o homem não abdicar de sua natureza, que poderíamos interpretar como bárbara, não é possível a vida em sociedade, pois no estado de natureza o clima é de "*guerra de todos contra todos*". É interessante salientar que esta concepção difere da do homem político de Aristóteles, pois o fato de o homem conviver com outro homem não garante, para Hobbes, que ele seja sociável. Na radicalidade desta concepção, pode-se afirmar que o homem não deveria realizar sua natureza, pois o contrato entre os homens acontece justamente para que o homem deixe de ser um animal e se torne uma pessoa. No entanto, mesmo na sociedade após o contrato, não é possível que o homem seja livre, *dono de seu próprio nariz*, pois se a sociedade - leia-se o soberano absoluto não for vigilante na aplicação das leis, os homens podem retomar ao estado de natureza.

Qual seria o papel da educação, para Hobbes? Existiria essa preocupação para o autor de *Leviatã*? Não é fácil a resposta a estas perguntas, dado que ele não tem uma discussão própria desse tema. No entanto, podemos inferir que, consoante sua concepção de homem, a educação deveria se tornar um dos elementos sociais que contribuísse com o soberano, ou mesmo estivesse a cargo do soberano, para que os homens não realizassem sua natureza hostil. A educação, absolutamente racional, deveria ser um elemento positivo para que os homens continuassem descobrindo as vantagens de se estabelecer o contrato, vantagens que não são pessoais, mas sim, sociais⁸. Nesse sentido, a educação estaria contribuindo para o processo civilizatório, pois a civilização, em Hobbes, se dá a partir do estabelecimento do contrato e é garantida pelo soberano.

⁸ “ *Mas tal como os homens, tendo em vista conseguir a paz, e através disto sua própria conservação, criaram um homem artificial, ao qual chamamos Estado, assim também criaram cadeias artificiais, chamadas leis civis, as quais eles mesmos, mediante pactos mútuos, prenderam numa das pontas à boca daquele homens ou assembleia a quem confiaram o poder soberano, e na outra ponta a seus próprios ouvidos. Embora esses laços por sua própria natureza sejam fracos, é no entanto possível mantê-los, devido ao perigo, se não pela dificuldade de rompê-los.*” Thomas Hobbes, *Leviatã*, p. 134.

⁹ “ *O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer ‘isto é meu’ e encontrou pessoas suficientemente simples para acredita-lo...*” J-J. Rousseau, *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, p. 265.

Em Rousseau (1712-1778) a concepção de estado de natureza é completamente distinta da de Hobbes. Para o autor de **Do Contrato Social**, os homens, antes da necessidade do acordo social, viviam absolutamente livres e eram felizes, sendo que o exemplo dessa vida feliz encontra-se no bom índio selvagem. Somente quando as pessoas passam a conviver com a divisão do trabalho, com a propriedade, com a ambição, é que o contrato social se torna necessário para que os mais fortes não prevaleçam⁹. Para Rousseau, o homem é um ser bom por natureza e o que o torna mau e egoísta é a convivência com a sociedade de classes. Nesse sentido, tomando em sua radicalidade essa concepção, o homem só realizaria, de fato, sua natureza, no estado pré-contratual, ou seja, no estado de natureza. A sociedade contratual até pode, dependendo das suas leis e seus governos, propiciar ao homem uma vida feliz, porém, nunca será como antes.

A civilização, para Rousseau, é um mal necessário. Ele não vê a sociedade organizada social e politicamente como um progresso para o espírito humano, ele não vê a civilização como valorativamente superior para a existência humana. De fato, a sociedade pós-contratual é resultado do processo de barbarização da sociedade, barbárie que acontece em função da propriedade privada. Portanto cabe à educação fornecer os elementos de acordo com o contrato, cabe ao Estado organizar a educação como um instrumento a mais para que os homens conheçam e respeitem as leis que, em si, foram eles mesmos que elaboraram¹⁰. No entanto, Rousseau parece não confiar muito na educação que a sociedade contratual deve estabelecer, pois em **Emílio** o menino é educado por seu preceptor praticamente à margem da sociedade, para que não seja contaminado com os preconceitos criados pelos homens. A educação de Emílio, que revela uma proposta educacional de Rousseau, deve obedecer às regras da natureza, e o não-contato com a sociedade possibilita, aí sim, via educação, que o homem realize sua natureza boa e feliz.

¹⁰ “ O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles. Como adveio tal mudança? Ignoro-o. Que poderá legitimá-la? Creio poder resolver esta questão... A ordem social é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. Tal direito, no entanto, não se origina da natureza: funda-se, portanto, em convenções.” J-J Rousseau, **Do Contrato Social**, P. 28.

Considerações finais

Cada momento histórico que o presente texto resgata poderia ser tratado de forma mais aprofundada, na tentativa de esgotar essa discussão, assim como na última parte poderia se fazer uso de mais autores burgueses e de outras fases do capitalismo para obter uma visão mais abrangente da questão. No entanto, o intuito é justamente colocar em discussão uma questão de forma ampla, para que ela resulte em desdobramentos mais específicos e aprofundados. A visão panorâmica trazida aqui quer contribuir para que as reflexões sobre educação na atualidade não prescindam de uma discussão sobre fundamentos históricos e filosóficos que contribuam para enfrentar com mais radicalidade os desafios de um novo milênio.

Dos três elementos que compõem a breve exposição aqui realizada, o que mais inspira preocupações hoje em dia é a civilização. A crise da sociedade capitalista, decorrente da própria lógica do capital, que socialmente é excludente, gerou nos últimos anos exemplos e mais exemplos de barbarização social. A vida civilizada, pressuposto de uma sociedade sadia, em que o indivíduo não seja subsumido no todo social, está sendo colocada em xeque pelo crescente individualismo, aliado ao consumismo desmedido e à massificação de comportamentos admissíveis para os donos do poder. Talvez o grande papel da educação na atualidade seja exatamente se colocar contra essa corrente barbarizante da sociedade.

Referências

- AGOSTINHO, Sto. *A Cidade de Deus, contra os pagãos*. RJ: Vozes, 1990.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores)
- _____. *Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.
- GOMES, C. F. *Antropologia dos Santos Padres*.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores)
- PLATÃO. *A República*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 6ª edição, 1990.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)
- _____. *Do Contrato Social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)